

Pagamento da dívida ao Clube de Paris divide credores privados

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

Alguns bancos credores do Brasil estão preocupados com o pagamento elevado que o País se comprometeu a fazer no acordo com o Clube de Paris, US\$ 4,1 bilhões no biênio 1992-93. O temor implícito é de que pouco sobra para o País pagar aos bancos comerciais, dadas as restrições do Senado e do Fundo Monetário Internacional (FMI) a uma queda acentuada das reservas em moeda forte.

“A questão que se coloca é se o País terá recursos para fazer mais que um

acordo provisório com os bancos comerciais”, diz, entre outros, Martin Schubert, da corretora Eurinam, nos EUA. Outros banqueiros discordam. “Não me parece que US\$ 1 bilhão a mais ou a menos faça muita diferença para uma economia do tamanho da brasileira”, rebate Angel Santamarina, do banco espanhol Santander.

Um banqueiro com assento no comitê assessor, representando um banco fora dos EUA, afirmou ontem a este jornal que não vê razão para os bancos espernearem com o acordo do País com o Clube de Pa-

ris. “Como ainda não conversamos com Pedro Malan, não temos detalhes do acordo com os credores oficiais”, explica. “Mas uma primeira questão que me ocorre é; esse custo já não estava previsto pelo governo do Brasil?” Esse banqueiro acredita que sim.

Um banqueiro europeu com assento no comitê assessor, porém, deixou transparecer que bancos de alguns países estão de fato furiosos com o nível de comprometimento das reservas brasileiras para pagamento aos credores oficiais. Uma terceira fonte do comitê, ouvida ontem

por este jornal, não tinha nenhuma informação sobre o assunto.

Conor O'Driscoll, da corretora alemã Metallgesellschaft, tem uma tese que pode lançar nova luz sobre os termos do recente acordo do País. “Embora não tenha nenhuma informação concreta, parece-me razoável supor que, ao clarear a dívida passada com o Clube de Paris, o Brasil se qualifica para receber dinheiro novo dos países industrializados. E isso deve ajudá-lo a pagar as contas com os dois tipos de credores, oficiais e privados”, argumenta.